

O debate do orçamento da União

20 OUT 1988

por Jurema Baesse
de Brasília

Dificilmente o governo verá aprovado no Congresso Nacional o Orçamento Geral da União (OGU) para 1989 na forma em que ele foi concebido. O relator da comissão de orçamento, Almir Gabriel (PMDB-PA), em entrevista ao programa "Primeira Página", veiculado pela TV Nacional e produzido por este jornal, afirmou que constitucionalmente o Congresso não pode mudar a rubrica "receitas" no orçamento, mas o Congresso é um fórum de negociação que irá esgotar esta prerrogativa.

No entendimento do senador, todo o orçamento é passível de negociação. Um dos pontos mais polêmicos, que é o pagamento de dívidas dos estados e municípios, já contemplado no orçamento como receita, deverá ser alterado, como defendem os governadores, por força da nego-

ciação entre as partes e não pelo voto, entende o senador. Por se tratar de um ponto que afeta diretamente a receita, que a princípio é intocável, o caminho será o da negociação.

A comissão de orçamento, segundo o senador, pretende atuar como mediadora entre a União e os estados com relação à questão do endividamento. Mas o entendimento, observou, é "que não adianta estabilizar a União e desestabilizar os estados". O que vai ser buscado, acentuou, é partir de uma base igual e genérica para todos os estados, mas com alguns detalhes que particularizem a situação de cada um, uma vez que os estados mais desenvolvidos têm graves problemas de dívida externa, enquanto os menores, do Nordeste e Norte, têm dificuldades com o endividamento interno. Para tal mudança no tratamento da dívida, informou, a comissão já solicitou que os esta-

dos encaminhem todas as suas dívidas internas e externas, assim como a receita prevista para 1989, de modo que seja possível verificar qual a relação da dívida com a receita.

Pela proposição do OGU, os estados e municípios terão de desembolsar CZ\$ 447 bilhões em 1989 ou US\$ 2,5 bilhões, e pela proposta dos governadores esse desembolso será de apenas US\$ 230 milhões, o que não representa a metade dos US\$ 600 milhões, aproximadamente, que estão sendo pagos neste ano. Uma alternativa, também, seria a de buscar um número intermediário entre o pleito dos governadores e o volume de débitos que vence no próximo ano, na medida em que no próximo ano ocorrerá o maior repasse de recursos para o fundo de participação dos estados e municípios.

E é neste ponto que o governo insiste, explicou o secretário de orçamento e fi-

nanças da Secretaria do Planejamento, José Ribas Neto, que também participou do programa. Segundo ele, o maior impacto da partilha de bens estabelecida pela nova Constituição se dará em 1989, quando a participação dos estados e municípios sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda irá passar de 33 para 47%, e por esta razão o Executivo entende que esse pagamento será possível. Caso esse pagamento não seja feito, explicou, a consequência sobre o orçamento será a de um déficit ainda maior, a não ser que o Congresso indique outras despesas que possam ser cortadas.

No diagnóstico preliminar do orçamento feito pelo senador, ele observou dois pontos importantes: que o orçamento foi montado com a intenção nítida de diminuir o déficit público e que ocorreu um reforço de recursos na área da Segurança Nacional e também em órgãos ligados à Presidência da República.